

XII ENABED

Pensando Políticas de Defesa e Externa no Brasil: um Balanço de Teses e Dissertações

Érico Esteves Duarte¹

Introdução

O presente estudo apresenta um balanço de dissertações de mestrado e teses de doutorado desenvolvidas no Brasil que tratam direta ou indiretamente da relação entre defesa e política externa brasileira. Foi analisada uma amostra de 30 monografias - sendo 22 dissertações e oito teses - defendidas entre 2005 e 2018. A busca desses trabalhos foi através da Plataforma Sucupira e nos repositórios digitais das instituições de origem ou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para sua análise, foi utilizado o software Atlas.ti para a codificação dos termos correspondentes identificados e a partir dos parâmetros indicados pelo organizador desta coletânea. Como resultado, tem-se a seguinte grade de análise, bem como a estrutura do presente estudo:

- a. Abordagens teóricas: realismo, liberalismo, marxismo, construtivismo, Escola Inglesa, estudos de paz;
- b. Abordagens metodológicas: qualitativas, quantitativas; *process-tracing*, análise de discurso, análise comparativa, estudo de caso;
- c. Fontes de pesquisa: entrevistas, literatura secundária, teses e dissertações, jornais e revistas;
- d. Inovações temáticas e interpretativas: os principais temas recorrentes encontrados e temas identificados como inovações que merecem aprofundamento em novas pesquisas.

A pesquisa acadêmica sobre defesa no mundo ocidental é recente e data principalmente do pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como outras características de sua evolução possuir vínculos com os campos das ciências exatas e engenharias e resistência para ser assimilada nas ciências humanas e sociais (DUARTE, 2020, p. 20–26). No Brasil e em comparação com a pesquisa acadêmica em política externa brasileira, a pesquisa em nível de pós-graduação em assuntos relacionados à defesa foi particularmente constrangida durante o regime militar e mesmo na Nova República, desenvolvendo-se tardiamente e de maneira diversa em programas de ciência política, sociologia, história, economia e engenharia de produção (MARQUES; FUCCILLE, 2016).

Apesar das distinções de origem, um dos resultados do presente estudo foi encontrar que a evolução recente de pesquisa sobre defesa parece seguir na esteira da expansão de programas pós-graduação em Relações Internacionais e a maioria das dissertações e teses

¹ Professor do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de produtividade (PQ-2) do CNPq. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

que tratam de defesa e política externa brasileira está concentrada nesses programas que em outras áreas do conhecimento. De uma amostra de 30 dissertações e teses, 21 foram defendidas em programas de Relações Internacionais², quatro em Ciência Política, três em Estudos Estratégicos e dois em História. Outras características dessa amostra são sua dispersão institucional mas concentração regional. Enquanto a Universidade de Brasília esteve representada com oito documentos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (com seus três programas de pós-graduação com produção em política externa e defesa) e o Programa San Tiago Dantas tiveram cinco dissertações ou teses cada. A Universidade Federal Fluminense quatro, a PUC-Rio e Universidade Estadual Paulista tiveram dois cada. Por fim, a Universidade de São Paulo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro tiveram uma ocorrência. Por outro lado, 17 trabalhos foram defendidos em programas na região Sudeste (sendo oito em São Paulo e nove no Rio de Janeiro), oito no Centro-Oeste e cinco na região Sul, havendo nenhuma dissertação ou tese das regiões Norte ou Nordeste.

A principal conclusão que se chegou com este balanço é que a pesquisa sobre essa temática se encontra em estágio de demarcação e requer ainda uma nova leva de estudos em nível de pós-graduação para sua consolidação. Um melhor tratamento da amostra e os apontamentos que levam a essa conclusão são mais bem desenvolvidos nas próximas seções.

Abordagens teóricas

No presente balanço, identificou-se o predomínio das abordagens mais tradicionais das teorias das relações internacionais: realismo, liberalismo, marxismo e construtivismo. Não surpreendentemente, entre as 30 dissertações e teses analisadas, existe maior recorrência daquelas que utilizam o realismo para tratar de objetos de pesquisa que correlacionam defesa e política externa. No entanto, essa abordagem não é predominante, tendo havido apenas sete ocorrências, enquanto houve cinco casos de uso de abordagens liberais e quatro de abordagens construtivistas e uma dissertação utilizando de abordagem marxista, uma usou Escola Inglesa, além de uma tese que expressa adesão aos estudos de paz como contraponto ao debate teórico *mainstream* (BRIGAGÃO, 2011). Entre os marcos teóricos e obras mais utilizados, destaca-se a Escola de Copenhagen e *Security: A New Framework for Analysis* de Buzan, Weaver & Wilde (1997), que, de fato, foi referenciado mesmo em dissertações e teses que optaram por abordagens realistas e liberais no esforço, principalmente, de relativizar o conceito de tradicional de segurança.

É importante registrar que que não se aprofundou na identificação de subcategorias teóricas, nem na avaliação de consistência no uso delas. Ainda assim, é preocupante relatar que 12 do universo de 30 documentos não enunciam uma abordagem conceitual claramente. O diagnóstico que se faz é que esse problema tenha decorrido de duas causas. Por um lado, muitos estudos limitaram seu arcabouço aos conceitos presentes em documentos nacionais de defesa ou de autores nacionais assumidos como referência ou autoridade, sem atribuição clara por parte do pesquisador se subscrevia ou não ao arcabouço conceitual utilizado pelas obras de referência. Por exemplo, muitas dissertações e teses da amostra utilizaram Alsina Junior (2003) e Aron (1986) sem

² Incluímos as dissertações do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS nessa primeira categoria em razão da configuração de suas linhas ser em Economia Política Internacional, Política Internacional e Segurança Internacional, sendo, portanto, distinto de um programa estritamente em Estudos Estratégicos, como ocorre no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

subscrever, respectiva e necessariamente, a abordagens construtivista ou realista que esses autores utilizam. Nesse sentido, em muitos casos, notou-se também a preocupação de se incluir uma seção ou capítulo teórico, no entanto sem posicionamento ou encaminhamento para um arcabouço que servisse de base para o desenho de pesquisa. Ao contrário, tratava-se muito mais de resumos de obras teóricas como que atendendo a uma “função obrigatória ou protocolar” de um documento acadêmico. Por outro lado, um outro aspecto que pode estar relacionado a esse problema residiria na ocorrência de sete casos em que as seções ou capítulos teóricos não contaram com qualquer referência a teorias de relações internacionais e, como um todo, não realizaram uma revisão bibliográfica com referência à literatura internacional.

É curioso reportar que se encontrou apenas uma tese que tenha desempenhado um esforço conceitual como objetivo de pesquisa ou que tenha utilizado mais de uma abordagem teórica em um esforço de ecleticismo metodológico (SIL; KATZENSTEIN, 2017). Reis (2008) empenhou um grande esforço de conceituação – combinando elementos realistas e da Escola Inglesa - para identificar variáveis e inspecionar as correlações entre ordens regionais e políticas de defesa. Alternativamente, a tese de Braga (2015) empreendeu esse esforço indiretamente ao optar pela teoria do realismo defensivo de Charles Glaser (2010), que incorpora variáveis do construtivismo de Alexander Wendt (1999). Pode-se concluir que essa amostra da produção nacional sobre defesa e política externa contribuiu pouco para o alargamento do horizonte teórico das Relações Internacionais ou revisão das teorias existentes para o caso brasileiro. As próprias duas exceções identificadas – ao serem teses de doutorado - dão luz para explicar esse traço da amostra compulsada: contribuições conceituais demandam investimento e maturidade intelectuais difíceis de se alcançar ao longo do tempo de um mestrado. Portanto, essa limitada contribuição conceitual é proporcional ao número de teses identificadas que tratam da temática.

Abordagens metodológicas e as fontes utilizadas para a construção da pesquisa

A amostra examinada utilizou predominantemente métodos qualitativos, dezesseis casos, e nenhum documento utilizou métodos quantitativos. Daqueles, sete utilizaram análise de discurso, cinco estudos de caso, dois análise de política externa (análise organizacional ou burocrática), um *process-tracing* em análise histórica e um utilizou análise comparativa. No entanto, em 13 documentos, não foi possível identificar o desenho de pesquisa e as decisões metodológicas. Embora seja prematura estabelecer uma correlação clara, essa lacuna pode ser relacionada a falta de abordagem teórica, discutida na seção anterior: em nove casos foi possível registrar as lacunas em identificar claramente arcabouço teórico e abordagem metodológica.

Uma explicação alternativa ou complementar desse aspecto talvez seja possível a partir da apreciação das fontes utilizadas pelas dissertações e teses. Pois, houve expressivo uso de fontes documentais em relação ao uso exclusivo de fontes secundárias: 19 e 11 casos, respectivamente. Ainda assim, o uso de fontes primárias torna-se ainda mais destacado quando assinalamos o uso de entrevistas e jornais e revistas de época como fonte histórica com, respectivamente, seis e quatro casos.

Esses registros permitem a interpretação que a pesquisa sobre defesa e política externa no Brasil é exploratória e ainda em estágio de demarcação do fenômeno. Essa não é uma constatação surpreendente se se tem em vista o breve horizonte histórico da Nova República e de acesso a fontes e arquivos das forças armadas e do Ministério de Defesa, sendo esta última uma instituição de apenas 23 anos. Nesse sentido, embora não se possa excluir do diagnóstico a possibilidade de fragilidade de formação em metodologia

científica, é possível considerar que a amostra de dissertações e teses possa, na verdade, representar uma primeira geração de estudos sistemáticos dessa temática, cumprindo o papel de suas devidas descrição e caracterização para que próximas gerações tomem passos mais ousados.

Ainda assim, é necessário registrar uma preocupação para que essa progressividade de pesquisa aconteça: foram muito raros os documentos compulsados que fizeram uso de dissertações e teses na sua revisão bibliográfica. Levando-se em conta o recorte temporal de 15 anos da amostra, seria de se esperar referência cruzada entre dissertações e teses sobre um mesmo tema. De fato, notou-se um certo provincialismo por ter havido referenciação, na maioria das ocorrências, de dissertações e teses da mesma instituição de origem.

Por fim, é interessante compartilhar a identificação de padrões institucionais da produção acadêmica compulsada. Ou seja, no caso de dissertações e teses desenvolvidas em seis programas de pós-graduação, foi possível identificar padrões de abordagens metodológicas e recortes de pesquisa, denotando assim “escolas” sobre a temática, entendendo-se como um fator positivo da amostra. Em primeiro lugar, o Programa San Tiago Dantas e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília têm sido a origem de pesquisas de cunho mais indutivo e de revisão e reflexão dos conceitos nacionais de políticas externa e de defesa. Em segundo lugar, as dissertações e teses aprovadas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – nos programas de pós-graduação em Ciência Política, Relações Internacionais e Estudos Estratégicos Internacionais – e no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio tendem a ter como características o desenvolvimento de desenhos de pesquisa hipotético-dedutivos a partir de teorias das relações internacionais de autores estrangeiros *mainstream*. Por fim, o tema de defesa e política externa é objeto de pesquisas sob os programas de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que possuem, portanto, abordagens mais historiográficas de estudos de caso e comparativos.

Principais inovações interpretativas

A despeito do caráter desbravador da coletânea de dissertações e teses examinada, existiu em boa parte delas conclusões convergentes com relação ao estado insatisfatório no Brasil na articulação em política de defesa e política externa. Por um lado, se registrou os corporativismos das instituições militares e do próprio Itamaraty como óbices. Por outro lado, essa produção acadêmica também assinalou a falta de vontade política – da Presidência e do Congresso – para sobrepor tais óbices organizacionais e burocráticos.

As pesquisas são taxativas quanto à falta de direcionamento político da defesa nacional no Brasil desde a publicação de seu primeiro Documento de Política de Defesa Nacional, em 1996, o que não foi alterado nas sucessivas versões de documentos de políticas de defesa, remanescendo grande autonomia das forças singulares. Como consequências, apontaram-se as divergências institucionais de várias ordens, desde sobre a alocação do orçamento de defesa, passando pela desarticulação do Ministério da Defesa e chegando, mais gravemente, a provocar divergências na condução de política externa brasileira (BORELLI, 2016, p. 151; BRIGAGÃO, 2011, p. 84; OKADO, 2012, p. 46–59; PENTEADO, 2005, p. 106). Esta última implicação foi mais bem desenvolvida no caso particular da Marinha, em que a sua busca obsessiva por uma capacidade naval dotada de alcance operacional de projeção de força em água azuis, manifestou-se no lançamento de um projeto bilionário de uma única unidade de submarino de ataque com propulsão

nuclear que, segundo Braga (p. 170), levou o Brasil a sofrer com má percepção regional principalmente dos pontos de vista de vários grupos sociais importantes da Argentina que veem o Brasil como um Estado ganancioso, ou seja, com inclinações revisionistas ou expansionistas. Isso se deve ao fato de a Marinha Brasileira possuir uma agenda própria de política externa que – embora contemple instancias de cooperação, principalmente no entorno do Atlântico Sul – suas bases conceituais são imprecisas, distintas e se chocam com as orientações de política externa desenhadas no âmbito do Itamaraty (LUIS, 2013, p. 133–134).

Relacionada a esse tema, e possivelmente sendo uma de suas causas, são os desinteresses político e público sobre políticas externa e de defesa, o que alguns autores apontam como tendo causa a falta de uma cultura de defesa, que, por sua vez, teria uma origem pouco clara (AZEVEDO, 2012, p. 14; BRIGAGÃO, 2011, p. 85). Outros trabalhos apontam ser esse um sintoma na própria falta de articulação entre as pastas ministeriais de defesa e relações exteriores, desfavorecendo a concertação de iniciativas e planos de longo prazo, ou seja uma grande estratégia, que pudesse auferir resultados concretos e, assim, maior apoio público e da classe política (LIMA, 2015, p. 211).

Vários trabalhos teceram considerações sobre as tentativas de superar esse problema no governo Lula através duas iniciativas principais. Por um lado, entre 2003 e 2010, promoveu-se a associação entre defesa e desenvolvimento econômico através de um esforço de revigoração do setor industrial de defesa que, eventualmente, transbordaria com efeitos positivos para outros setores civis da economia brasileira (BORELLI, 2016, p. 147–148). Por outro lado, uma tentativa de instrumentalização do tema da defesa – mais de que as forças armadas - ocorreu em decorrência de uma nova inserção internacional do Brasil através, principalmente, da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (BARRETO, 2016, p. 104; CARVALHO, 2018, p. 13–14; OKADO, 2012, p. 102–107; SOUSA, 2018, p. 98–104).³ Infelizmente, constatou-se que esse esforço foi mais discursivo e superficial que estrutural, sendo que a expansão do orçamento do Ministério da Defesa nos governos Lula e Rousseff não foi acompanhada de melhor planejamento e orientação política pela Presidência, de maneira que se replicou nesta nova pasta a condição de autonomia e corporativismo identificados historicamente nas forças armadas brasileiras (BARRETO, 2016, p. 105–106). Curiosamente, esses estudos não fazem alusão, ou mesmo reconhecem, a literatura sobre formação da América Latina e capacidade estatal para aprofundar a investigação do caso brasileiro em paralelo aos países vizinhos (por exemplo, CENTENO, 2003; THIES, 2005).

Por fim, houve um último grupo de estudos que desenvolveu uma explicação mais abrangente sobre a desarticulação entre de defesa e diplomacia no Brasil relacionada a um problema dos países geral da América Latina, derivado da baixa ocorrência de conflitos (BORELLI, 2016, p. 54–56). Relacionada a esta, a explicação mais satisfatória encontrada aponta que a política de defesa não foi devidamente instrumentalizada como recursos de política externa no Brasil em decorrência dos baixos perfis políticos-estratégicos do Brasil e América do Sul. De tal sorte que, particularmente desde 1960, não houve a necessidade de grande articulação para fazer frente a grandes confrontos,

³ Importante registrar que este autor, ao início da pesquisa, tinha a expectativa por um maior número de dissertações e teses concentradas nesse aspecto diante ao grande número de artigos acadêmicos em periódicos nacionais que tratam dele. Ao contrário disso, ele tratado de maneira instrumental, como estudo de caso ou comentário ou digressão, do que como um objeto principal de pesquisa. Ainda assim, esse é uma tema que ainda peca por ser excessivamente exploratório e com pouco embasamento em arquivos e entrevistas.

ameaças ou desafios externos interestatais; restando ao aparato militar nacional muito mais atender demandas imediatas – em sua maioria domésticas – para fins específicos e distintos de defesa (SILVA, 2008, p. 32). Algo que teria reforçado essa instrumentalização estreita e perversa da defesa seria justamente sua subordinação a projetos e políticas públicas para desenvolvimento socioeconômico durante os governos do Partido dos Trabalhadores (AZEVEDO, 2012, p. 105–106), ao que se pode somar o emprego das forças armadas em toda natureza de emergência doméstica, principalmente em segurança pública.

Para além desses pontos de convergência, se identificou cinco temas inovadores que mereceriam investigações adicionais diante seu potencial acadêmico e, mesmo em alguns casos, executivo na articulação entre diplomacia e defesa.

1. A identificação por de Lana Barreto, em sua dissertação *Da Exclusão à Participação internacional na Área Espacial: o Programa de Satélites Sino-Brasileiros como Instrumento de Poder e de Desenvolvimento (1999-2009)*, dos desdobramentos dessa instância de cooperação por decisão de Brasil e China, de comum acordo, em cederem a distribuição de imagens produzidas pelos satélites desta cooperação para seus países vizinhos e africanos gratuitamente. Como um caso singular de cooperação estratégica entre Brasil e China e uma decisão singular de uma articulação Sul-Sul abrangente, seria interessante o prosseguimento da pesquisa sobre a continuidade dessa cooperação e seus efeitos nas regiões asiática e sul-americana. De um ponto de vista prático, a cooperação sino-brasileira continua com o projeto de lançamento de mais três satélites, além de que o horizonte de cooperação regional na área espacial ainda é uma possibilidade desde que Agência Espacial Brasileira sustenta o Programa Nacional de Atividades Espaciais com ramificações na academia, indústria e a Força Aérea Brasileira.

2. Diante ao desafio de insegurança pública no Brasil, destaque-se como urgente a retomada do problema de pesquisa de Diego Canabarro em *O Brasil das Pequenas Armas: Lucro Versus Segurança?*, que investigou os cursos de ação dos principais atores envolvidos e os condicionantes internos e externos no processo decisório brasileiro na formulação de posições, muitas vezes contraditórias, com relação a regimes internacionais para controle de armas pequenas e armas leves entre 2001 e 2008. Tendo em vista à escalada da atuação de organizações criminosas transnacionais na América do Sul posteriormente a esse recorte temporal da dissertação e ainda a orientação política do governo Bolsonaro para liberalização do acesso a armas de fogo à população civil; torna-se mais que suficientemente evidente a urgência assinalada aqui ao tema.

3. Relacionada ao tópico anterior, a tese doutoral *A Política Brasileira de Exportação de Armas no Contexto da Revitalização da Base Industrial de Defesa*, de David Magalhães, também oferece um recorte contundente, mas ainda exploratório, da articulação entre Itamaraty e Ministério da Defesa na promoção e controle das exportações de material de defesa. Este é um daqueles temas espinhosos e que o acesso a fontes e figuras-chave é difícil e tortuoso. O autor buscou investigar sobre os critérios da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar e para autorizações de exportação de material bélico para países em regiões deflagradas como Egito, Israel, Burkina Faso, Paquistão, entre outros. Ele assinalou a falta desses transparência desses critérios e ainda da posição brasileira com relação ao Tratado de Controle de Armas e a Convenção de Oslo sobre Munições Cluster. No contexto de escalada de rivalidades internacionais que perpassam

as trocas comerciais de tecnologias e plataformas de armamentos, o Brasil, mesmo após a bancarrota de seu setor de defesa nos anos 1990, possui destaque em alguns setores – como os aviões de combate da EMBRAER e os lançadores de mísseis e foguetes da AVIBRÁS - que podem se tornar pontos de vulnerabilidade e tensão nas relações com os Estados Unidos e China nos próximos anos desde que nossos principais clientes estão localizados no Oriente Médio e Ásia.

4. Como discutido acima, a existência ou não de correlação entre indústria de defesa e desenvolvimento econômico merece estudos mais rigorosos diante a sua expressão no Brasil desde o governo Lula.⁴ São necessários estudos mais rigorosos para se entender melhor os atributos da tecnologia militar, os requisitos do seu desenvolvimento, com qual grau e forma de participação estatal e seus efeitos e possibilidades de controle de transbordamentos de projeto militares em setores econômicos em países com economia em desenvolvimento. A dissertação de Raul Nunes, intitulada *Base Industrial de Defesa, Estratégia de Desenvolvimento e Inserção Internacional: A Indústria Naval Civil e Militar na China e no Brasil (1950-2015)*, realiza um esforço nesse sentido. Ela combina análises histórica, econômica e comparada de Brasil e China segundo cinco variáveis: arranjos institucionais, parcerias estratégicas internacionais, o modelo ou estratégia de desenvolvimento, a Política de Defesa, e os condicionantes regionais e extrarregionais do Sistema Internacional. Com isso, a dissertação problematiza a questão o suficiente de maneira a servir como provocação para uma agenda de pesquisa necessária e, infelizmente, ainda limitada no Brasil a alguns poucos pesquisadores.

5. Como bem aponta Osvaldo Reis na sua tese *Ordens Regionais, Segurança e Defesa em Perspectiva Comparada: Europa e Cone Sul*, existe uma lacuna nas pesquisas de Relações Internacionais sobre os variados efeitos das ordens regionais nas políticas externa e de defesa. A literatura estrangeira, principalmente, de acadêmicos dos Estados Unidos e Europa tende a ser bastante etnocêntrica e a assumir que suas respectivas regiões são um tipo-ideal a ser seguido, contendo assim conteúdos muito mais normativos e prescritivos que explicativos e causais. Ademais, como também bem demonstra a tese, esse é um tópico com profunda demanda de maior investimento conceitual e empírico. Por um lado, ele permite a hibridação de proposições conceituais de diferentes correntes teóricas das Relações Internacionais e outros campos, como a Sociologia e a Ciência Política. Por outro lado, ele tem o potencial ainda de possibilitar aproximações com especialistas em regiões, notadamente do restante da América Latina e África.

Considerações finais

Se no passado, mesmo recente, havia entre acadêmicos brasileiros aqueles que suspeitavam, ou mesmo desmereciam, que defesa e forças armadas deveriam estar na agenda de pesquisa de política externa, o governo Bolsonaro externou de maneira inequívoca as consequências dessa negligência. Em termos de política externa, ela causa ausência ou má instrumentalização da defesa e seus meios armados. Mas mesmo

⁴ De fato, essa questão possui raízes mais profundadas que datam da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelas Escola Superior de Guerra anos 1950 (SAINT-PIERRE; DONADELLI, 2021; UGARTE, 2018).

domesticamente, as perdas de eficácia, controle ou utilidade das forças armadas têm implicações negativas nas relações civis-militares e nas instituições democráticas.

Esse não é um problema exclusivo do Brasil e de países em desenvolvimento e existe nos Estados Unidos e Europa. Entretanto, a robustez das instituições políticas desses dois últimos e a capilaridade e concentração de recursos de seus centros acadêmicos e de pesquisa oferecem melhores condições para produção, difusão e aplicação de conhecimentos para reformas e reorientação de seus sistemas de defesa.⁵ Nesse sentido, ainda temos um longo percurso a percorrer e a pesquisa acadêmica no Brasil ainda se encontra em um estágio de consolidação e anterior a contribuições mais originais e contundentes. O balanço de dissertações e teses realizado levou a seguintes constatações:

1. Há o predomínio de uso das teorias positivistas *mainstream* das relações internacionais, com relativo destaque para as formulações realistas, porém limitado esforço na hibridação de teorias de paradigmas/programas de pesquisa distintos ou suas emendas para o caso brasileiro;
2. Registrou-se o emprego exclusivo de métodos qualitativos diversos e extensivo uso de fontes documentais e de entrevistas. Porém, notou-se o uso relativamente destacado de literatura secundária nacional sobre a internacional;
3. Existe a conformação de ‘escolas’ nacionais com estilos distintos de abordagem e enfoque dependendo da instituição de pós-graduação de origem, que se beneficiariam de maior interface entre elas, bem como de maior rigor no desenho conceitual-metodológico das pesquisas que relacionam defesa e política externa brasileira;
4. Os resultados das pesquisas das dissertações e teses são convergentes quanto ao estado insatisfatório da articulação entre política de defesa e política externa no Brasil, com reconhecimento de riscos para a inserção regional e relações civis-militares do país.

Referencias citadas

ALSINA JÚNIOR, J. P. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, p. 53–86, dez. 2003.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Ed.UnB, 1986.

AZEVEDO, B. D. **Em Busca de uma Inserção Internacional Soberana: Desenvolvimento Nacional e Política de Defesa nos Governos Geisel e Lula**. Mestrado em Estudos Estratégicos—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

BARRETO, L. **A dimensão da defesa na política externa dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Rousseff (2011-2014)**. Mestrado em Relações Internacionais—São Paulo: San Tiago Dantas, 2016.

⁵ Para uma revisão recente dessa literatura, ver Santos & Duarte (2021).

BORELLI, P. C. **Sobre poder dizer não: uma análise das inflexões na Política de Defesa no governo Lula da Silva**. Mestrado em Estudos Estratégicos—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

BRIGAGÃO, C. **Paz, Segurança Internacional e a Inserção Brasileira**. Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BUZAN, B. et al. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1997.

CARVALHO, G. **A Cooperação Internacional em Defesa no Entorno Estratégico Brasileiro no Governo Lula da Silva: Uma Eficiente Ferramenta para a Política Externa?** Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

CENTENO, M. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. Philadelphia: Penn State University Press, 2003.

DUARTE, É. **Estuods Estratégico**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

GLASER, C. **Rational Theory of International Politics – The Logic of Competition and Cooperation**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2010.

LIMA, R. **A Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Uma Grande Estratégia Inconclusa**. Mestrado em Relações Internacionais—São Paulo: San Tiago Dantas, 2015.

LUIS, C. **Ao Mar, Navegar É Preciso: O Pensamento Estratégico da Marinha vis-a-vis a Política Externa Brasileira**. Mestrado em Relações Internacionais—São Paulo: San Tiago Dantas, 2013.

MARQUES, A. A.; FUCCILLE, A. Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, 13 jun. 2016.

OKADO, G. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente**. Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

PENTEADO, C. **As Forças Armadas como Instrumento da Política Externa Brasileira**. Mestrado em História Comparada—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PESSOA, T. S.; DUARTE, E. E. Instituições Militares também Aprendem? Uma Revisão Bibliográfica sobre Abordagens Organizacionais na Gestão de Defesa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 96, p. 1–23, 2021.

SAINT-PIERRE, H. L.; DONADELLI, L. M. Os documentos de defesa do Brasil: aproximações sucessivas à Doutrina de Segurança Nacional. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 16, n. 2, p. 141–156, 1 jan. 2021.

SIL, A. P. D. OF P. S. R.; KATZENSTEIN, P. J. **Beyond Paradigms: Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: 39.** 2010^a edição ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York: Red Globe Press, 2017.

SILVA, H. **A Política de Defesa Nacional e as Diretrizes para o Planejamento Militar.** Mestrado em Relações Internacionais—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOUSA, V. **O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores: trajetória, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa.** Mestrado em Relações Internacionais—São Paulo: San Tiago Dantas, 2018.

THIES, C. G. War, Rivalry, and State Building in Latin America. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 451–465, 2005.

UGARTE, J. M. Doutrina de Segurança Nacional. In: SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. G. (Eds.). **Dicionário de Segurança e Defesa.** São Paulo: Ed UNESP, 2018. p. 219–314.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**’. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 1999.

Dissertações e teses compulsadas

AZEVEDO, B. D. **Em Busca de uma Inserção Internacional Soberana: Desenvolvimento Nacional e Política de Defesa nos Governos Geisel e Lula.** Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

BARRETO, LIS. **A dimensão da defesa na política externa dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Rousseff (2011-2014).** Mestrado—São Paulo: Programa San Tiago Dantas, 2016.

BORELLI, P. C. **Sobre poder dizer não: uma análise das inflexões na Política de Defesa no governo Lula da Silva.** Mestrado—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

BRAGA, P. DE A. F. **O Submarino Nuclear Brasileiro: Política Externa, Defesa e Percepções Internacionais à Luz do Realismo Defensivo (2008-2012).** Doutorado—Rio de Janeiro: IUPERJ, 2015.

BRIGAGÃO, C. **Paz, Segurança Internacional e a Inserção Brasileira.** Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRITO, LANA. **Da exclusão à participação internacional na área espacial: o programa de satélites sino-brasileiro como instrumento de poder e de desenvolvimento (1999-2009).** Mestrado—Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

CANABARRO, DIEGO. **O Brasil das Pequenas Armas: Lucro Versus Segurança?** Mestrado—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CARVALHO, GUILHERME. **A Cooperação Internacional em Defesa no Entorno Estratégico Brasileiro no Governo Lula da Silva: Uma Eficiente Ferramenta para a Política Externa?** Mestrado—Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

COUTINHO, ISABELA. **Articulação entre Política Externa e Política de Defesa do Brasil: O Atlântico Sul como Espaço Estratégico.** Mestrado—Porto Alegre: UFRGS, 2017.

FREIRE, DÉBORA. **O Brasil e as transformações no campo da segurança coletiva no pós-Guerra Fria.** Mestrado—Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

GONÇALVES, J. **Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O Controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os Casos de Brasil e Canadá.** Doutorado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

LIMA, RAPHAEL. **A Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Uma Grande Estratégia Inconclusa.** Mestrado—São Paulo: Programa San Tiago Dantas, 2015.

LUIS, CAMILA. **Ao Mar, Navegar É Preciso: O Pensamento Estratégico da Marinha vis-a-vis a Política Externa Brasileira.** Mestrado—São Paulo: Programa San Tiago Dantas, 2013.

MACHADO, FELIPE. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais do Brasil: Justificativas, Requisitos e Componentes.** Mestrado em Ciência Política—Porto Alegre: UFRGS, 2014.

MAGALHÃES, DAVID. **A Política Brasileira de Exportação de Armas no Contexto da Revitalização da Base Industrial de Defesa.** Tese de Doutorado em Relações Internacionais—São Paulo: Programa San Tiago Dantas, 2016.

NEPOMUCENO, D. **O Brasil, a resolução de conflitos e a interdependência entre segurança e desenvolvimento: a “visão brasileira” como contraproposta à “visão tradicional”.** Mestrado em Relações Internacionais—Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

NETO, ÁLVARO. **As Políticas de Reaparelhamento da FAB: Associações entre Política Externa Brasileira e Forças Armadas.** Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

NUNES, R. **Base Industrial de Defesa, Estratégia de Desenvolvimento e Inserção Internacional: A Indústria Naval Civil e Militar na China e no Brasil (1950-2015).** Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

OKADO, G. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente.** Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

OLIVEIRA, J. **Força Aérea Brasileira – doutrina e estrutura (da Geopolítica do Prata à Amazônia – 1964/2003).** Mestrado em História—Franca: Universidade Estadual Paulista, 2005.

PENTEADO, C. **As Forças Armadas como Instrumento da Política Externa Brasileira.** Mestrado em História Comparada—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, E. **Diplomacia de Defesa: Instrumento Estratégico De Poder Inteligente na Política Externa do Brasil.** Dissertação de mestrado—Niterói: UFF, 2017.

PERES, H. **Novos Desafios Securitários: as Implicações da Tecnologia de Veículos Aéreos Não Tripulados para o Sistema Internacional**. Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

PIMENTEL, C. **Avaliando a Performance Regional do Brasil no Atlântico Sul: Diplomacia, Defesa, Cooperação e Comércio em perspectiva comparada**. Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

REIS, OSWALDO. **Ordens Regionais, Segurança e Defesa em Perspectiva Comparada: Europa e Cone Sul**. Doutorado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, A. P. **A Importância do Contexto internacional no Tratamento das Drogas Ilícitas no Brasil: História, Instituições e Instrumentos Legais**. Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SILVA, GABRIEL. **O Brasil frente os Regimes de Desarmamento Humanitário: um Estudo do Caso de Munições Cluster (2008)**. Mestrado em Relações Internacionais—Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, H. **A Política de Defesa Nacional e as Diretrizes para o Planejamento Militar**. Mestrado em Relações Internacionais—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOUSA, VICTOR. **O internacional na visão do Partido dos Trabalhadores: trajetória, influências na política externa brasileira e na cooperação sul-americana em defesa**. Mestrado em Relações Internacionais—São Paulo: San Tiago Dantas, 2018.